



CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL

COMISSÃO ESPECIAL PARA PROPOR O CÓDIGO BRASILEIRO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEENERGI

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(Do Sr. Pedro Uczai PT/SC)

Requer que seja realizada reunião de audiência pública para discutir a Resolução Normativa nº 482, de 17 de abril de 2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, REQUEIRO a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada reunião de audiência pública para discutir a Resolução Normativa nº 482, de 17 de abril de 2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sugerimos sejam convidados as seguintes pessoas:

- Um representante do Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas na América latina (IDEAL);
- Um representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR); e
- Um representante da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.



CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL

JUSTIFICATIVA

Publicada em 17 de abril de 2012 pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Resolução Normativa nº 482 estabeleceu as condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica e criou o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE). Com isso, consumidores que instalam placas solares em seus telhados ou terrenos (ou usam outra tecnologia de geração própria) podem entregar a energia excedente ao sistema elétrico pelas redes das distribuidoras durante o dia, quando o sol está a pino. Depois, durante a noite, recebem a energia das outras fontes de geração do sistema, por meio das mesmas redes elétricas.

O SCEE realiza o encontro de contas mensal entre a energia produzida na unidade consumidora que é injetada na rede e a energia por ela consumida. Se a energia consumida superar a produzida, o consumidor paga pela diferença. Caso a quantidade de energia injetada no mês supere a consumida, o consumidor fica com o crédito financeiro junto à concessionária de distribuição, que pode ser usado em até 60 meses, sem que haja possibilidade de venda do excedente de energia produzida.

Foi deflagrado processo de revisão da norma com a abertura de uma consulta pública (entre 30 de maio e 17 de julho de 2018) que recebeu contribuições de diversas empresas e instituições. No dia 6 de dezembro, a Aneel publicou uma Nota Técnica (nº 108/2018) na qual faz uma análise das contribuições à consulta pública e propõe a abertura da primeira fase da Audiência Pública com vistas a obter subsídios para a Análise de Impacto Regulatório acerca da revisão das regras.

Feito essas ponderações, apresento esta proposta de Audiência Pública, com o objetivo de contribuir com o debate da elaboração do Código Brasileiro de Energia Elétrica – CEENERGI considerando os subsídios e contribuições técnicas sobre o



CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL

tema.

Por ser de extrema necessidade e oportunidade rogo aos nobres pares que aprovem o presente requerimento.

Sala de Comissões, de de 2019.

Dep. Pedro Uczai (PT/SC)